

HABEAS CORPUS Nº 488.128 - RS (2019/0001839-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IRVAN ANTUNES VIEIRA FILHO - RS067296
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ANDERSON LUIS ARAUJO DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA BENEFÍCIOS. ENTENDIMENTO FIRMADO NO RESP N. 1.557.461/SC. MARCO INICIAL. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO OU FALTA GRAVE. APLICABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. PARECER ACOLHIDO. Ordem concedida

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Anderson Luis Araujo da Silva**, no qual se aponta com autoridade coatora a Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que deu provimento ao Agravo em Execução n. 70078138393 nos termos da seguinte ementa (fls. 39/40):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APENADO COM LIVRAMENTO CONDICIONAL SUSPENSO, PELA PRÁTICA DE NOVO DELITO NO PERÍODO DE PROVA. SURGIMENTO DE NOVA CONDENAÇÃO PROVISÓRIA NO CURSO DA EXECUÇÃO DA PENA. UNIFICAÇÃO DE PENAS QUE ENSEJOU EM ALTERAÇÃO DO REGIME. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. INDEFERIDO. INSURGÊNCIA MINISTERIAL.

A superveniência de nova condenação no curso da execução da pena não interrompe a execução, nem produz alteração na data-base para o cômputo de benefícios, à exceção de quando ensejar alteração do regime carcerário, nos termos do disposto no art. 112 da LEP.

Razão lógica para a manutenção do *dies a quo* encontra respaldo no fato de que o apenado, mantido no mesmo regime carcerário, teria seu direito à obtenção de benefícios atrelado uma data que depende da celeridade de julgamento do processo de conhecimento, o que em muitas vezes, enseja

penalidade em excesso, diante da morosidade do Judiciário. O apenado já terá como penalização, a maior dilação para fins de progressão, porquanto deverá cumprir a parcela da pena em execução somada àquela relativa à pena imposta pela nova condenação, resultando em lapso temporal maior para preenchimento do requisito objetivo necessário à aferição de benefícios.

Por outro lado, a questão da nova condenação dizer respeito a fato ocorrido antes ou após o início da execução, em razão da readequação do meu posicionamento, torna-se indiferente, sendo relevante apenas a constatação se a soma das penas ensejou ou não a alteração do regime prisional.

Caso concreto em que houve alteração da situação prisional do agravado, isto é, de seu regime carcerário, com a superveniência da condenação definitiva, sendo adequada, por isso, a alteração do *dies a quo*. E, em se tratando de condenação é provisória, tenho como adequada a fixação da data da publicação da sentença condenatória como novo marco inicial, por ser o momento e causa direta da unificação das penas e alteração do regime carcerário.

AGRAVO PROVIDO. UNÂNIME.

Sustenta, a defesa, que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão de o Tribunal *a quo* ter fixado a data da publicação da nova sentença condenatória como data-base para obtenção de benefícios da execução penal.

Afirma que *a nova diretriz jurisprudencial entende que a superveniência de condenação (por fato anterior ou posterior ao início da execução) não importa em alteração da data-base para a obtenção de eventuais direitos, permanecendo como marco a data da última prisão* (fl. 9).

Requer, assim, *seja conhecido provido o Writ, cassando-se a decisão proferida pela AUTORIDADE COATORA, para que seja suprimida a mudança de data-base proveniente da decisão judicial combatida* (fl. 12).

Liminar indeferida (fls. 73/74).

Informações prestadas (fls. 77/105), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela concessão da ordem (fls. 108/113).

É relatório.

Estou de acordo com o parecer oferecido pela Subprocuradora-Geral da República Mônica Nicida Garcia, cujos fundamentos,

a seguir transcritos, adoto como razão de decidir (fls. 111/113):

[...]

3. A Terceira Seção dessa Corte Superior, no julgamento do REsp n. 1.557.461/SC, ocorrido em 22/2/2018, da relatoria do ministro Rogerio Schietti Cruz, alterou o seu anterior posicionamento jurisprudencial, passando a entender que a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não tem o condão de alterar a data-base para concessão de benefícios à execução.

Após intenso e profundo debate, concluiu-se que não existe, na lei, previsão para a alteração da data-base para a concessão de benefícios, mesmo que sobrevenha nova condenação, por fato anterior ou posterior àquele objeto da execução inicial. Não havendo previsão legal, não há fundamento para se modificar a data-base para o cálculo dos benefícios. Conforme expresso no voto do Relator do RESP 1.557.461/SC, *“da leitura conjugada do parágrafo único do art. 111 e do inciso II do art. 118, ambos da Lei de Execução Penal, não se infere que, efetuada a soma das reprimendas impostas ao sentenciado, é mister a alteração da data-base para concessão de novos benefícios, especialmente, ante a ausência de disposição legal expressa”*.

Conclui S. Exa. o relator, em seu voto condutor que *“é preciso ressaltar que a unificação de nova condenação definitiva já possui o condão de recrudesce o quantum de pena restante a ser cumprido pelo reeducando; logo, a alteração da data-base para concessão de novos benefícios, a despeito da ausência de previsão legal, configura excesso de execução, com base apenas em argumentos extrajurídicos. O período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar não pode ser desconsiderado, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta grave”*.

A E. Terceira Seção do STJ decidiu, portanto, nos termos do voto do relator que:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. **A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por**

delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido.

(STJ, REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 15/03/2018) (g.n.)

De fato, não há previsão legal acerca da alteração da data-base para concessão de novos benefícios na execução criminal, em razão da unificação das penas, certo que a desconsideração do período de cumprimento de pena, com o estabelecimento de novo marco inicial para a contagem do prazo para aquisição de benefícios configura excesso de execução e não pode ser admitido.

A reforma do acórdão recorrido, portanto, é medida de rigor.

IV - CONCLUSÃO

Com estas considerações, manifesta-se o Ministério Público Federal pelo **não conhecimento** do habeas corpus, mas pela **concessão da ordem, de ofício**, para considerar como marco inicial para a contagem do lapso temporal para a concessão de benefícios, em favor do paciente, após a unificação de penas, a data de sua última prisão.

Com efeito, no caso de cometimento de falta grave, é importante ressaltar que devem ser observadas as diretrizes estabelecidas nas Súmulas 441, 534 e 535 desta Corte.

Nesse contexto, diante do novo entendimento adotado por esta Corte Superior, acolhendo o parecer ministerial, **concedo** a ordem para estabelecer a

data da última prisão do paciente, ou a data do cometimento da última falta grave, como a data-base para a aquisição de benefícios na execução da pena, observado o disposto nas Súmulas 441, 534 e 535/STJ.

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

